

PRUDENPREV - SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

1º Semestre/2019

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º SEMESTRE/2019

O Controle Interno da Prudenprev é realizado pelo Município de Presidente Prudente, conforme estabelecido no Decreto nº 27.574/2017. As atividades exercidas pelo Controlador Interno buscam identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos mais relevantes para o RPPS, sendo suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 4.558/1997, que cria o cargo de Controlador Interno no Município de Presidente Prudente, e Lei nº 6.307/2004, que dispõe sobre as suas atribuições. Ademais, o sistema de Controle Interno é fundamentado pela Constituição Federal (artigos 31, 70 e 74), Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 59), Lei nº 4.320/64 (artigos 76 a 80) e Resolução 1.135/2008 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

Atualmente, o Sistema de Previdência Municipal de Presidente Prudente – Prudenprev está regulamentado pela Lei Complementar nº 106/2001.

A massa de segurados pertencentes ao RPPS está segmentada em dois grupos, conforme definido na Lei Complementar nº 106/2001:

- I. Conta Previdenciária:** que compreende os servidores admitidos no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2002 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores.
- II. Conta Financeira:** que compreende os servidores admitidos no serviço público até 31 de dezembro de 2001 e benefícios gerados por estes servidores.

Desta forma, as receitas e despesas do RPPS são analisadas de forma segregada no presente relatório.

2. Execução Orçamentária:

2.1 Resultado da Execução Orçamentária – Receitas

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às Receitas, e aferimos o seguinte resultado acumulado até o semestre em exame:

Receitas Orçamentárias – Plano Financeiro

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	R\$ 9.858.000,00	R\$ 9.858.000,00	R\$ 4.992.526,57	51%	51%
Contribuição Patronal	R\$ 18.100.000,00	R\$ 18.100.000,00	R\$ 8.813.867,73	49%	49%
COMPREV	R\$ 1.030.000,00	R\$ 3.123.134,77	R\$ 3.123.134,77	303%	100%
Receita Patrimonial	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 53.158,15	53%	53%
Outras Receitas	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 12.557,08	57%	57%
Total	R\$ 29.110.000,00	R\$ 31.203.134,77	R\$ 16.995.244,30	58%	54%

A previsão inicial da receita orçamentária de R\$ 29.110.000,00 (vinte e nove milhões, cento e dez mil reais) foi atualizada para R\$ 31.203.134,77 (trinta e um milhões, duzentos e três mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos). As atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias, no montante de R\$ 2.093.134,77 (dois milhões, noventa e três mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e sete

centavos), são derivadas do excesso de arrecadação ocorridos na receita de Compensação Previdenciária (COMPREV), recursos estes utilizados para pagamento de benefícios previdenciários do plano financeiro.

No tocante às receitas patrimoniais, esclarecemos que o seu reconhecimento como receita orçamentária se dá por ocasião da realização financeira dos investimentos do RPPS em atendimento as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 14 (Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS) e comunicado emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), ou seja, a receita orçamentária é reconhecida na data em que ocorrem os resgates de aplicações financeiras.

As Receitas de Contribuições Previdenciárias do segurado e patronal apresentam um comportamento de arrecadação próximo ao esperado ao final do 1º semestre de 2019. O mesmo ocorre com as Outras Receitas Correntes.

Receitas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	R\$ 9.675.100,00	R\$ 9.675.100,00	R\$ 4.974.751,04	51%	51%
Contribuição Patronal	R\$ 19.300.000,00	R\$ 19.300.000,00	R\$ 9.937.543,34	51%	51%
COMPREV	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0%	0%
Receita Patrimonial	R\$ 1.451.700,00	R\$ 1.451.700,00	R\$ 24.420,048,25	1682%	1682%
Outras Receitas	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.099,70	92%	92%
Total	R\$ 30.429.000,00	R\$ 30.429.000,00	R\$ 39.333.442,33	129%	129%

Não ocorreram, para o plano previdenciário, atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias no período analisado.

Observamos um excesso de arrecadação com grande vulto (1682%) nas receitas patrimoniais em função da ocorrência de resgates de investimentos superior ao projetado inicialmente, justificada por realocações efetuadas na carteira de investimentos do plano previdenciário em atendimento às estratégias de investimentos adotadas pelo Instituto visando o atingimento da meta atuarial no ano de 2019. Tal excesso de arrecadação ocorre em função do reconhecimento das receitas patrimoniais orçamentárias conforme estabelecido nas Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 14 (Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS) e no comunicado emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), ou seja, a receita orçamentária é reconhecida por ocasião da realização financeira (resgates) dos investimentos do RPPS.

As Receitas de Contribuições Previdenciárias do segurado e patronal apresentam um comportamento de arrecadação próximo ao esperado ao final do 1º semestre de 2019. O mesmo ocorre com as Outras Receitas Correntes.

2.1.1 Fiscalização das Receitas de Contribuições

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, patronal e segurados, no período analisado.

Verificamos ainda que os recolhimentos se deram por parte da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Prudenprev, na forma e nos prazos previstos.

2.1.2 Fiscalização das Demais Receitas

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas de Compensação Previdenciária, Rendimentos de Aplicações Financeiras (Receitas Patrimoniais) e demais receitas orçamentárias, no período analisado.

2.2 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às despesas, e aferimos o seguinte resultado acumulado até o semestre em exame:

Despesas Orçamentárias – Plano Financeiro

Despesas – Plano Financeiro	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 68.028.000,00	R\$ 70.121.134,77	R\$ 34.775.200,48	51%	50%
Outras Despesas Correntes	R\$ 531.000,00	R\$ 531.000,00	R\$ 436.402,42	82%	82%
Despesas de Capital	R\$ 501.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%	0%
Total	R\$ 69.060.000,00	R\$ 71.153.134,77	R\$ 35.211.602,90	51%	50%

As diferenças apresentadas entre a dotação inicial e as despesas realizadas no plano financeiro, equivalente a R\$ 2.093.134,77 (dois milhões, noventa e três mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), são justificadas por suplementação de dotação orçamentária ocorrida durante o 1º semestre de 2019 em função de abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do COMPREV. Ocorre que todo o recurso arrecadado mensalmente com Compensação Previdenciária é utilizado para pagamento da folha de benefícios previdenciários do plano financeiro. Havendo o excesso de arrecadação em referida receita orçamentária, há também a necessidade de suplementação das despesas pagas com este recurso, que possui fonte de recursos e ficha orçamentária específicas.

As outras despesas correntes representam valores dispendidos no 1º semestre 2019 com pagamento de sentenças judiciais, precatórios e ofícios requisitórios de pequeno valor, no montante de R\$ 436.402,42 (quatrocentos e trinta e seis mil,

quatrocentos e dois reais e quarenta e dois centavos). Os precatórios referentes ao exercício de 2019, conforme inscrição no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), foram quitados no 1º semestre de 2019. Os ofícios requisitórios de pequeno valor são pagos à medida que são expedidos pelo TJSP e encaminhados à Prudenprev, sendo estes estão pagos dentro do prazo estabelecido pelo TJSP, e, portanto, não havendo até o final do 1º semestre de 2019, valores em atraso.

Despesas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Despesas – Plano Previdenciário	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 6.370.500,00	R\$ 6.370.500,00	R\$ 2.328.460,17	37%	37%
Outras Despesas Correntes	R\$ 240.500,00	R\$ 240.500,00	R\$ 3.320,73	1%	1%
Despesas de Capital	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0%	0%
Total	R\$ 6.612.000,00	R\$ 6.612.000,00	R\$ 2.331.780,90	35%	35%

No plano previdenciário, observamos que a despesa executada encontra-se abaixo do projetado para o semestre. Não ocorreram alterações orçamentárias que acarretassem aumento na despesa, sendo que no 1º semestre de 2019 a dotação inicial é equivalente a dotação acumulada.

As outras despesas correntes representam valores dispendidos no 1º semestre de 2019 com pagamento de sentenças judiciais, quais sejam ofícios requisitórios de pequeno valor, no montante de R\$ 3.320,73 (três mil, trezentos e vinte reais e setenta e três centavos). Não consta para o Plano Previdenciário, no ano de 2019, inscrição de precatórios no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Os ofícios requisitórios de pequeno valor são pagos à medida que são expedidos pelo TJSP e encaminhados à Prudenprev, sendo estes estão

pagos dentro do prazo estabelecido pelo TJSP, e, portanto, não havendo até o final do 1º semestre de 2019, valores em atraso.

Despesas Orçamentárias – Taxa de Administração

Despesas – Taxa de Administração	Dotação Inicial Acumulada até o Semestre	Dotação Atualizada Acumulada até o Semestre	Realização Acumulada até o Semestre	% Realizado	
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	R\$ 2.556.000,00	R\$ 2.756.000,00	R\$ 892.850,06	35%	32%
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.303.000,00	R\$ 1.813.000,00	R\$ 863.575,80	66%	48%
Despesas de Capital	R\$ 981.700,00	R\$ 271.700,00	R\$ 549,00	0,01%	0,01%
Total	R\$ 4.840.700,00	R\$ 4.840.700,00	R\$ 1.756.974,86	36%	36%

Analisamos as despesas administrativas acumuladas no 1º semestre de 2019 e verificamos que foram efetuadas alterações orçamentárias no período na ordem de R\$ 1.110.000,00 (um milhão, cento e dez mil reais), em decorrência da necessidade de abertura de créditos adicionais especiais no orçamento para suportar despesas que não estavam previstas na Lei Orçamentária Anual, sendo elas: a restituição do valor referente ao vale-alimentação dos servidores ativos da Prudenprev à Prefeitura, conforme estabelecido na Lei nº 9.873/2019; e previsão orçamentária para possível contratação temporária para recomposição de pessoal integrante do quadro da Autarquia em decorrência de afastamentos por licença-saúde e maternidade. Verificamos ainda que a abertura de tais créditos adicionais se deu por anulações parciais de dotações de despesa fixadas relativas à taxa de administração.

Constamos ainda que o limite de despesa administrativa fixado no Orçamento Anual está aquém do limite previsto na Lei Complementar nº 204/2016, o qual estabelece por taxa de administração o percentual de 2% sobre a remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados à Prudenprev, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme demonstrado abaixo:

Remuneração Bruta dos segurados vinculados ao RPPS em 2018	R\$ 281.061.676,51
Taxa de Administração para 2019 (2%)	R\$ 5.621.233,53
Despesas Administrativas Realizadas/Pagas no 1º semestre/2019	R\$ 1.756.974,86
Resultado	R\$ 3.864.258,67

Verificamos ainda que a sobra da taxa de administração do período está devidamente aplicada em conta segregada, específica para uso da taxa de administração, não sendo realizado no período em exame reversão de tal para pagamento de benefícios previdenciários.

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

2.2.1 Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno verificou cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

Ao final do 1º semestre de 2019, não houve inscrição de dívidas em restos a pagar.

3. Gestão de Investimentos

A Gestão de Investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922/2010, e suas atualizações, que regulamenta a matéria, bem como da política de Investimentos da Prudenprev para o ano de 2019.

Ao findar do 1º semestre de 2019, os investimentos da Prudenprev obteve um retorno sobre seus investimentos de 11,50%, superando em 6,32%, desta forma, a meta atuarial de 5,18% (IPCA+6% a.a) acumulada até 30 de junho de 2019.

A Prudenprev encaminhou no 1º semestre de 2019 à Secretaria de Previdência, via CADPREV (Sistemas de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social), de forma mensal o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos (DAIR), bimestral o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), e o DRAA (Demonstrativo de Resultado Atuarial) do ano de 2019. Em consulta, verificamos que todos os demonstrativos citados constam com a situação “regular”.

4. Servidores Integrantes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

No encerramento do 1º semestre de 2019 a Prudenprev possuía em seu quadro de pessoal 22 servidores efetivos, 3 servidores efetivos em cargo de comissão, 3 comissionados e 2 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal.

5. Concessão de Benefícios

Atestamos a conformidade dos processos de concessão de benefícios com relação ao mapeamento e manualização elaborado pelo RPPS referente aposentadoria e pensão por morte.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relatados nos itens deste relatório.

6. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O Município de Presidente Prudente está com Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) vigente, com vencimento em 22/12/2019.

Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para a Prudenprev junto à Secretaria de Previdência.

7. Transparência

Verificamos que a Prudenprev mantém atualizado seu website (www.prudenprev.com.br) onde pudemos encontrar publicados as Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Previdência, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, carteira de investimentos mensais, relatórios de investimentos, política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras, relatórios de cálculo atuarial, balancetes mensais das receitas e despesas, demonstrações contábeis anuais e lista de concessão benefícios (aposentadoria e pensão), atendendo ao princípio da transparência da coisa pública.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relativos ao 1º semestre de 2019.

Encaminhamos ainda o presente relatório aos membros do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal para a apreciação.

Presidente Prudente, 17 de outubro de 2019.

JOSÉ CARLOS RAPOSO
Responsável pelo Controle Interno